



# TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A9/S1



e-DOC 16FA8791  
Proc 40451/2017

**Processo nº:** 40.451/17

**Jurisdicionada:** Administração Regional de Sobradinho II – RA XXVI

**Assunto:** Tomada de Contas Especial – TCE

**Órgão Técnico:** Secretaria de Contas – SECONT

**MP:** Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA

**Sessão:** Pauta nº 10, S.O. nº 5.195, de 18.2.2020

**Publicação:** DODF nº 32, de 14.2.2020, pág. 13/14

**Ementa:** Tomada de Contas Especial instaurada, por determinação do Tribunal (Decisão nº 369/16-CPM, proferida no bojo do Processo nº 11.570/09), para apurar possíveis irregularidades na execução do Contrato nº 14/2008 (decorrente do Convite nº 11/2008), firmado pela Administração Regional de Sobradinho II.

Requisição de esclarecimentos ante a ausência de remessa das contas especiais no prazo estabelecido (Ofício de Diligência Saneadora nº 71/2018 – SECONT). Solicitação formulada pela jurisdicionada de redirecionamento dos autos à Administração Regional da Fercal.

Determinação para a manutenção da apuração no âmbito da Administração Regional de Sobradinho II, fixação de prazo para a conclusão dos trabalhos e alerta quanto à possibilidade de aplicação de multa em caso de não atendimento da diligência (Decisão nº 5.271/18-CPM).

Pedido de prorrogação de prazo. Concessão da dilação, com novo alerta (Decisão nº 2.765/19-CPM).

**PARECERES CONVERGENTES:** reiteração da determinação e audiência do gestor em face do descumprimento de deliberação da Corte.

**VOTO** de acordo com os Pareceres.



## RELATÓRIO

Cuidam os autos da Tomada de Contas Especial instaurada, por determinação do Tribunal (Decisão nº 369/16-CPM, inciso IV<sup>1</sup>, proferida no bojo do Processo nº 11.570/09<sup>2</sup>), para apurar possíveis irregularidades na execução do Contrato nº 14/2008 (decorrente do Convite nº 11/2008), firmado pela Administração Regional de Sobradinho II (RA XXVI).

2. Em atenção à deliberação, a Administração Regional de Sobradinho II, por meio do Ofício nº 614/2017-GAB/RA XXVI (fls. 15/17), de 29.11.2017, comunicou a **instauração do Processo nº 304.000.523/17**.

3. Verificado o descumprimento do prazo para a conclusão dos trabalhos, a Secretaria de Contas solicitou informações à jurisdicionada (Ofício de Diligência Saneadora nº 71/2018 – SECONT, de 29.6.2018, fl. 19).

4. Em resposta, a Administração Regional de Sobradinho II enviou, em 19.7.2018, o Ofício SEI-GDF nº 116/2018-RA-XXVI/GAB (fls. 20/21), requerendo o redirecionamento dos autos à Administração Regional da Fercal.

5. Na Sessão realizada em 30.10.2018, o Tribunal, acolhendo Voto deste Relator, proferiu a Decisão nº 5.272/18 (fl. 34), **in verbis**:

### **DECISÃO Nº 5.272/2018 (CPM)**

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento do Ofício de Diligência Saneadora nº 71/2018 – SECONT (fl. 19) e do Ofício SEI-GDF nº 116/2018 – RA-XXVI/GAB (fls. 20/21); II – **determinar à Administração Regional de Sobradinho II que, no prazo de 90 (noventa) dias, conclua a TCE objeto do Processo nº 304.000.523/17, encaminhando-a à Controladoria-Geral do Distrito Federal e dando ciência a esta Corte das providências adotadas; III – alertar a jurisdicionada de que o não atendimento da***

<sup>1</sup> **Decisão nº 36/16-CPM:** “O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: [...] IV – **determinar à Controladoria-Geral do Distrito Federal que, na forma da Resolução nº 102/98-TCDF, c/c a Instrução Normativa nº 5/14-STC, adote procedimentos tendentes à instauração de tomada de contas especial em razão do prejuízo detectado na execução do objeto do Contrato nº 18/2008 (Convite nº 19/2008), conforme apontamentos dos Pareceres nºs 22/10 e 28/10 da Comissão de Recebimento Definitivo da Administração Regional de Sobradinho II; em relação à falta de adoção de medidas para construção dos banheiros no Engenho Velho na Região da Fercal, conforme previsão do Contrato nº 14/2008 (Convite nº 11/2008), entabulado no âmbito do mesmo órgão: [...].”**

<sup>2</sup> **Processo nº 11.570/09:** Inspeção realizada na Administração Regional de Sobradinho II - RA XXVI, em atenção à Decisão nº 1.117/09- CSPM (proferida no bojo do Processo nº 3.276/09), para averiguar possíveis irregularidades na execução de obras contratadas mediante convite



***diligência determinada poderá ensejar a aplicação de multa, nos termos do inciso IV do art. 57 da Lei Complementar nº 1/94; IV – autorizar: a) o envio de cópia Informação nº 133/2018 – SECONT/GAB (fls. 23/25) e desta decisão à Administração Regional de Sobradinho II, para melhor esclarecimento da matéria; b) o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para a adoção das providências pertinentes.***

*Presidiu a sessão a Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, RENATO RAINHA, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou a representante do MPJTDF, Procuradora-Geral CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA. Ausentes os Conselheiros INÁCIO MAGALHÃES FILHO e PAULO TADEU.”*

6. Diante da inércia em atender ao decidido, a Secretaria de Contas oficiou a jurisdicionada pedindo esclarecimentos acerca das providências ultimadas (Ofício de Diligência Saneadora nº 195/2019-SECONT, fl. 36).

7. Devidamente cientificada, a Regional, por meio do Ofício SEI-GDF nº 224/2019 – RA-XXVI/GAB, de 18.7.2019 (fl. 37), pleiteou prorrogação de prazo, por mais 30 (trinta) dias.

8. O pleito foi deferido na Sessão de 13.8.2019, nos termos da Decisão nº 2.765/19-CPM (fl. 44), ocasião em que o e. Plenário também emitiu **alerta ao titular da jurisdicionada de que o descumprimento injustificado de deliberação da Corte poderia ensejar a aplicação da penalidade prevista no art. 57, inciso IV da Lei Complementar nº 1/94.**

9. Ato contínuo, a Administração Regional de Sobradinho II (RA XXVI) encaminhou o Ofício SEI-GDF nº 102/2019 – RA XXVI/GAB/ASTEC (fls. 46), de 13.9.2019, alegando que a diligência deveria ser redirecionada à Administração Regional da Fercal, uma vez que o objeto do **Convite nº 11/08 era a construção de praça pública para realização de eventos com estacionamento naquela Região Administrativa, onde, inclusive, estaria tramitando o Processo nº 304.000.523/17.**

10. Na sequência, a Administração Regional da Fercal (RA XXXI) protocolou o Ofício SEI-GDF nº 511/2019 – RA XXXI/GAB, de 26.11.2019 (fl. 50), com o seguinte teor:

“(…)

Sobre o tema, **resta prejudicada a instauração da Tomada de**



**Contas Especial por esta Administração Regional da Fercal uma vez que o processo originário de construção foi remetido ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e compõem a instrução da Ação Penal n. 2014.06.01.008050-2** não podendo, portanto, ser devolvido a esta Unidade para apuração devida. Compulsando o processo da Ação Penal, servidores desta Administração Regional, na tentativa de obter uma cópia da íntegra processual, relataram que o processo 304.000.317/2018 foi desmembrado e as peças não seguem mais o rito original. Constatam folhas aleatórias e seguem a sequência cujo o MPDFT julgou pertinente para compor o processo penal informado. Há de se destacar que a documentação acostada nos autos é imprescindível para a correta instauração e, se for o caso, identificar o (s) responsável (eis) que porventura concorreram para as inobservâncias contratuais.

**Por todo o exposto** e considerando que esta Administração Regional adotou diversas tentativas de adquirir a íntegra do processo para possibilitar a apuração dos fatos, identificar as responsáveis, garantir a ampla defesa e contraditório dos envolvidos e, por fim, estabelecer ou não a existência de danos ao erário, **solicitamos instrução sobre quais procedimentos esta Administração Regional deverá adotar para conclusão do processo**, visto a impossibilidade de identificação de responsáveis que deram causa ou concorreram para a ocorrência do possível dano, uma vez que a instauração segue determinação expressa do Tribunal de Contas do Distrito Federal conforme Decisão proferida sobre o caso.” (grifou-se)

#### MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

11. O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 253/2019 – SECONT/1ª DICONTE (fls. 51/58), de 11.11.2019, analisa a matéria, nos termos seguintes:

##### “ANÁLISE

15. Em **novembro de 2017**, o então titular da Administração Regional de Sobradinho II (Sr. Charles de Magalhães Araújo Júnior) informou que o prejuízo possível decorrente da execução do Contrato nº 14/2008 (Convite nº 11/2008) estava sendo apurado no Processo nº 304.000.523/2017 (fls. 15/16).

16. Em **julho de 2018**, novo titular da Administração Regional de Sobradinho II (Sr. Thiago Pereira da Silva Cunha) solicitou a transferência da responsabilidade pelas apurações à



*Administração Regional da Fercal (RA XXXI), alegando que a obra fora realizada naquela região (fls. 20/21).*

17. O Tribunal, em **outubro de 2018**, rejeitou a solicitação da jurisdicionada e determinou a conclusão das apurações no prazo de 90 (noventa) dias, conforme Decisão nº 5272/2018 (fl. 34).

18. Nesta fase, a jurisdicionada encaminha o Ofício SEI-GDF nº 102/2019, fl. 46, trazendo novamente aos autos a discussão sobre a transferência das apurações à Administração Regional da Fercal (RA XXXI) com os mesmos argumentos apresentados à Corte em julho de 2018.

19. Ao nosso ver, os trâmites ocorridos desde novembro de 2017 indicam que a jurisdicionada não tem envidado esforços para atender a determinação de apuração do prejuízo a que se refere o Processo nº 304.000.523/2017 (possível prejuízo decorrente da execução do Contrato nº 14/2008, objeto do Convite nº 11/2008).

20. O fato dos gestores apresentarem demanda repetida e já analisada pelo Tribunal corroboram com a constatação de descumprimento de determinação, o que enseja a aplicação da penalidade prevista no art. 57, inciso IV, da Lei Complementar nº 1/94, cuja possibilidade foi objeto de alerta pelas Decisões nºs 5272/2018 e 2765/2019 (fls. 34 e 44).

21. Nessa linha, sugerimos que a Corte determine a audiência do titular da Administração Regional de Sobradinho II (Sr. Alexandre de Jesus Silva Yanez) para aplicação da multa referida no parágrafo anterior, tendo em vista o descumprimento injustificado da determinação, fixando ainda novo prazo para a conclusão das apurações.

22. Por fim, em razão do expediente encaminhado pelo titular da Administração Regional da Fercal (fl. 50), mencionado no § 14 acima, sugerimos que o encaminhamento de cópia desta instrução e da decisão que vier a ser adotada pela Corte àquela Regional, por julgarmos ser suficiente para esclarecer aquele gestor.”

12.

Concluindo, a Instrução sugere ao Tribunal:

“I. conhecer do Ofício SEI-GDF nº 102/2019 – RAXXVI/GAB/ASTEC (fl. 46) e do Ofício SEI-GDF nº 511/2019 – RA XXXI/GAB (fl. 50);

II. reitere à Administração Regional de Sobradinho II a determinação para conclusão da TCE objeto do Processo nº 304.000.523/2017, procedendo-se os trâmites devidos, no prazo de 90 (noventa) dias;



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A9/S1

e-DOC 16FA8791

Proc 40451/2017

fls. ____
Proc.: 40.451/17
Rubrica

*III. chame em audiência o titular da jurisdicionada identificado no § 20 desta Informação para apresentar razões de justificativa, em 30 (trinta) dias, haja vista à possibilidade de aplicação da multa prevista no art. 57, inciso IV, da Lei Complementar nº 1/94, pelo não atendimento de decisão do tribunal, no prazo fixado e sem causa justificada;*

*IV. Autorize:*

*a) o encaminhamento de cópia desta instrução e da decisão que vier a ser adotada pela Corte para esclarecer o titular da Administração Regional da Fercal sobre a orientação do tribunal acerca do trâmite das apurações determinadas nestes autos.*

*b) o retorno dos autos à SECONT para as providências pertinentes.”*

### MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

13. O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer nº 003/2020–CF (fls. 59/60), de 20.1.2020, da lavra da Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, aquiesce à proposta da Unidade Instrutória.

É o Relatório.





## VOTO

14. Cuidam os autos da Tomada de Contas Especial instaurada, por determinação do Tribunal (Decisão nº 369/16-CPM, inciso IV<sup>3</sup>, proferida no bojo do Processo nº 11.570/09<sup>4</sup>), para apurar possíveis irregularidades na execução do Contrato nº 14/2008 (decorrente do Convite nº 11/2008), firmado pela Administração Regional de Sobradinho II (RA XXVI).

15. Embora o procedimento tenha sido instaurado pela jurisdição (Processo nº 304.000.523/17), a questão **não foi concluída** no prazo regulamentar.

16. Decorridos quase 2 (dois) anos, o e. Plenário, em **13.8.2019**, exarou a Decisão nº 2.761/19-CPM (fl. 44), concedendo mais 30 (trinta) dias para a finalização dos trabalhos. Na ocasião, também emitiu alerta quanto à possibilidade de aplicação de multa ao responsável pelo descumprimento, sem causa justificada, de deliberação da Corte.

17. Exaurido o prazo sem comunicação de resultados, o Corpo Técnico, com aquiescência do douto **Parquet** especializado, sugere ao Tribunal que determine:

- i) novamente à Administração Regional de Sobradinho II que, no prazo de 90 (noventa) dias, conclua a tomada de contas especial;
- ii) a audiência do titular da Administração Regional de Sobradinho II, Sr. Alexandre de Jesus Silva Yanez;
- iii) o envio de cópias da instrução e da decisão que vier a ser adotada pela Corte para esclarecer ao titular da Administração Regional da Fercal a orientação da Corte acerca do trâmite das apurações determinadas nestes autos.

<sup>3</sup> **Decisão nº 36/16-CPM:** “O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: [...] IV – determinar à Controladoria-Geral do Distrito Federal que, na forma da Resolução nº 102/98-TCDF, c/c a Instrução Normativa nº 5/14-STC, adote procedimentos tendentes à instauração de tomada de contas especial em razão do prejuízo detectado na execução do objeto do Contrato nº 18/2008 (Convite nº 19/2008), conforme apontamentos dos Pareceres nºs 22/10 e 28/10 da Comissão de Recebimento Definitivo da Administração Regional de Sobradinho II; **em relação à falta de adoção de medidas para construção dos banheiros no Engenho Velho na Região da Fercal, conforme previsão do Contrato nº 14/2008 (Convite nº 11/2008), entabulado no âmbito do mesmo órgão: [...].**”

<sup>4</sup> **Processo nº 11.570/09:** Inspeção realizada na Administração Regional de Sobradinho II - RA XXVI, em atenção à Decisão nº 1.117/09- CSPM (proferida no bojo do Processo nº 3.276/09), para averiguar possíveis irregularidades na execução de obras contratadas mediante convite



18. Passa-se à apreciação.

19. Por meio do Ofício SEI-GDF nº 102/2019 – RA XXVI/GAB/ASTEC, de 13.9.2019 (fls. 46), a Administração Regional de Sobradinho II requereu que as decisões proferidas fossem remetidas à Administração Regional da Fercal (RA XXXI), com os mesmos argumentos apresentados à Corte em julho de 2018 (fls. 20/21), quais sejam, de que o objeto do **Convite nº 11/08 era a construção de praça pública para realização de eventos com estacionamento naquela Região Administrativa, onde, inclusive, estaria tramitando o Processo nº 304.000.523/17.**

20. A Administração Regional da Fercal (RA XXXI), por sua vez, protocolou o Ofício SEI-GDF nº 511/2019 – RA XXXI/GAB, de 26.11.2019 (fl. 50), afirmando que resta prejudicada a instauração das contas especiais, visto que o processo originário *“foi remetido ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e compõe a instrução da Ação Penal n. 2014.06.01.008050-2”*.

21. Com efeito, as irregularidades e os possíveis prejuízos ao erário decorrem de ajustes firmados em 2008, época em que a Fercal ainda não ostentava a condição de Região Administrativa do Distrito Federal, o que veio a ocorrer somente em 2012, com a edição da Lei nº 4.745/12.

22. Até então, aquela localidade encontrava-se inserida no âmbito da Região Administrativa de Sobradinho II, razão pela qual as apurações concernentes à execução do Contrato nº 14/08, objeto do Convite nº 11/08, **devem ser efetivadas pela jurisdicionada que conduziu todo o processo**, e não por aquela que só veio a ser criada posteriormente.

23. Por fim, pertinente a proposta de se chamar em audiência o titular da Administração Regional de Sobradinho II, Sr. Alexandre de Jesus Silva Yanez, que tem encaminhado demanda repetida, já analisada pelo Tribunal, e descumprido determinação da Corte, mesmo após os alertas contidos nas **Decisões nºs 5.272/18-CPM e 2.765/19-CPM** (fls. 34 e 44).

Em face do exposto, VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. tome conhecimento dos Ofícios SEI-GDF nºs 102/2019 – RAXXVI/GAB/ASTEC (fl. 46) e 511/2019 – RA XXXI/GAB (fl. 50);





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A9/S1

e-DOC 16FA8791

Proc 40451/2017



II. reitere à Administração Regional de Sobradinho II que, no prazo de 90 (noventa) dias, dê fiel cumprimento a determinação desta Corte no sentido de concluir os trabalhos iniciados no Processo nº 304.000.523/17;

III. determine a audiência do titular da Administração Regional de Sobradinho II, nominado no parágrafo 23 deste Relatório/Voto, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente razões de justificativa em face do descumprimento de deliberação do Tribunal, sem causa justificada, ante a possibilidade de ser-lhe aplicada a penalidade prevista no art. 57, inciso IV, da Lei Complementar nº 1/94;

IV. autorize:

a) o encaminhamento de cópia da Informação nº 253/2019 – SECONT/1ª DICONT, deste Relatório/Voto e da decisão que vier a ser proferida à Administração Regional da Fercal para esclarecer ao seu titular a orientação do Tribunal acerca do trâmite das apurações determinadas nestes autos;

b) o retorno dos autos à Secretaria de Contas para adoção das providências devidas.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2020.

**JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS**  
**Conselheiro-Relator**

Distribuição de cópias antecipadas